

Las catástrofes en las revistas semanales brasileñas: evidencias y silenciamientos*

Márcia Franz Amaral – Universidade Federal de Santa Maria (Brasil) –
marciafranz.amaral@gmail.com

Resumen: A pesquisa analisa os sentidos das catástrofes que envolvem o meio ambiente nas principais revistas brasileiras: Veja, Isto É, Época e Carta Capital. As revistas tiveram, em 2013, a circulação de quase um milhão e oitocentos mil exemplares semanais. Foram analisadas 41 matérias sobre tragédias que envolveram a natureza no período de três anos (2011 a 2013). Utilizamos aportes metodológicos da Análise de Discurso de linha Francesa. Coletamos 675 sequências discursivas que mencionam especificamente as causas, a força e frequência das tragédias e as reunimos em oito Famílias Parafrásticas. A partir de ampla revisão de literatura sobre os discursos sobre o ambiente (Dryzek, 2005), as catástrofes (Lozano Ascêncio, 2004), os desastres (Gilbert, 1995), os públicos envolvidos (Valêncio, 2010) e as concepções de risco (Smith, 1992), reunimos as Famílias Parafrásticas em três Formações Discursivas: Afogados no descaso (60,86% das ocorrências), Fúria da natureza (34,36% das ocorrências) e Fomos nós quem fizemos a chuva (4,74% das ocorrências). O trabalho conclui que as revistas priorizam um discurso reformista, de cunho racional administrativo sobre as catástrofes, porém, há uma responsabilidade “flutuante” atribuída aos diversos agentes sociais. Destacam-se discursos que evidenciam a vulnerabilidade social, mas escondem as desigualdades sociais. Há o silenciamento de manifestações reformistas, sustentáveis ou de necessidade de mudanças radicais sobre o ambiente. De maneira geral, predomina uma concepção comportamental sobre o risco, que não leva em consideração as questões estruturais e restringe o acontecer catastrófico.

Palabras clave: Discurso jornalístico; Jornalismo de revista; cobertura de catástrofes; jornalismo ambiental

1.Introdução

Desastres e catástrofes integram os relatos humanos desde sempre, mas a forma como os construímos simbolicamente se modifica ao longo do

tempo. Para Lozano Ascêncio (2001), a ideia que se tem das catástrofes se determina segundo as épocas históricas e as épocas históricas também evidenciam pelas ideias que se tem das catástrofes. Em cada período histórico, há uma delimitação conceitual do acontecer catastrófico. No caso das catástrofes que envolvem o ambiente, nelas estão imbricadas também concepções sobre a relação homem- natureza. Por isso, as catástrofes que envolvem a natureza tem mais a ver com a cultura do que com o próprio meio ambiente.

Nestrovski e Seligmann-Silva (2000) explicam que a palavra catástrofe vem do grego e significa “virada para baixo” (*kata* + *strophé*). Catástrofes e desastres são vezes termos que se diferenciam pelas suas dimensões. Embora instituições brasileiras como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Defesa Civil detalhem as diferenças entre eles, para fins deste trabalho vamos considera-los sinônimos, pois nos interessam mais as questões sociais e culturais que envolvem este tipo de evento.

Mesmo o pensamento científico foi modificando sua compreensão das catástrofes e desastres que envolvem a natureza ao longo da nossa história recente. Conforme López (1999), a maior parte das primeiras pesquisas sobre os desastres enfatizavam seus agentes físicos, as medidas para evitá-los e o manejo da população afetada. Dos anos 1950 a 1970, a ênfase das pesquisas era o comportamento dos indivíduos e das organizações. Os padrões socioculturais e o contexto histórico da sociedade raramente faziam parte da análise. No início dos anos 1980, com o desenvolvimento de perspectivas como a Geografia Cultural e a Ecologia Cultural, os desastres foram redefinidos em função também das estruturas sociais. As perspectivas culturais, explica López (1999), propõem que os desastres não se sucedem simplesmente, mas são resultados de forças sociais, políticas e econômicas. As catástrofes são resultados tanto de processos que se desenvolvem durante largos períodos de tempo como de crises repentinas.

Desde o início dos anos 1990, o conceito de vulnerabilidade se desenvolve como alternativa ou complemento ao paradigma de riscos. Diz López (1999) que o paradigma de riscos presta mais atenção ao evento em si

e promove os sistemas de prevenção. O da vulnerabilidade se centra em que são os afetados e sua capacidade de resistir. Ressalta a importância da ordem socioeconômica e das relações ecológicas. Mas como a cobertura jornalística tem tratado do tema? Em que paradigmas tem se assentado? Tem acompanhado a discussão realizada pela Sociologia e pela Antropologia?

Partimos do pressuposto que sem comunicação não há catástrofe (Lozano Ascêncio, 2004). O acontecer catastrófico é uma modalidade do acontecimento público que monopoliza a atenção:

“las catástrofes no siempre son imprescindibles para que exista su relato, pero éste sí es ineludible para que existan catástrofes; en consecuencia, el momento más importante (em tanto que comprensible y significativo) de las catástrofes no es aquel em el que se leevan a cabo, sino aquel em el que se relatan [...]” (Lozano Ascêncio, 2009: 3)

Por isso, uma catástrofe afeta hoje muito mais que suas antecessoras mais conhecidas (Lozano Ascêncio, 2005). Se em anos passados as catástrofes eram problemas “dos outros” e suas vítimas eram reduzidas apenas a números, hoje as catástrofes são de todos (Serra, 2006), todos nos tornamos vítimas virtuais.

Como afirma Lozano Ascêncio, “la principal puerta de acceso a los médios de comunicación para el médio ambiente sigue siendo el desastre, la cruda imagen que garantisse el impacto del público”. (2004: 33)

Nossa pesquisa busca os sentidos das catástrofes que envolvem o ambiente nas revistas semanais brasileiras referentes as suas causas, força e frequência. A cobertura do tema assume tons diferentes em cada uma das revistas semanais, o que justifica a escolha de quatro revistas para o estudo: **Veja**, **IstoÉ**, **Época** e **Carta Capital**. As revistas analisadas somam, em circulação em 2013, quase um milhão e oitocentos mil de exemplares semanais (Associação Nacional...,2014). **Veja** está em primeiro lugar, com 1.043.147 exemplares, **Época** está em segundo, com 387.956, **IstoÉ** em quarto com 332.813 e **Carta Capital** está em vigésimo lugar com 30.561 exemplares. Foram analisadas 41 matérias das quatro revistas.

2. Os discursos jornalísticos sobre catástrofes e desastres

Consideramos que as catástrofes ambientais trazem excelentes condições para examinarmos a cobertura jornalística. As catástrofes expõem nossa estrutura social e cultural mais bruscamente do que outros importantes eventos. (Clarke, 2005 apud Perrow, 2007). A maneira como o jornalismo cobre os desastres nos tempos de crise gera um esquema narrativo para o leitor que acaba se mantendo também em outros períodos. Os relatos de catástrofes se convertem em poderosas chaves narrativas (Lozano Ascêncio, 2013) para a compreensão do ambiente, das mudanças climáticas, das vulnerabilidades sociais e dos riscos.

Para Moloch e Lester (1993: 47), este processo de interrupção acidental, seguido de tentativas para restaurar os significados tradicionais, faz com que os acidentes se constituam em um “recurso crucial para o estudo empírico dos processos de estruturação de acontecimentos”.

O campo jornalístico, no caso da cobertura de catástrofes, assenta-se nos campos científicos e políticos para esquadrihar os riscos que envolvem a natureza, explicá-los e construir sistemas de prevenção. A cobertura que inicialmente se restringia a contar mortos e feridos hoje envolve a busca da compreensão do acontecimento com a manifestação dos experts, a cobrança pela ação dos homens públicos e o relato pormenorizado das testemunhas. A cobertura das catástrofes está presidida pela tendência ao catastrofismo e ao sensacionalismo, pela preponderância da imagem sobre a análise, pela personalização das vítimas e despersonalização na hora da depuração das responsabilidades. As questões ambientais são referenciadas muitas vezes de maneira redutora e a estrutura social que viabiliza as catástrofes costuma ficar silenciada, enquanto aspectos gerenciais são utilizados como chave explicativa.

3. Questões metodológicas

Analizamos os sentidos das catástrofes em todas as matérias encontradas sobre o tema, num total de 41 matérias, sendo 14 matérias da revista **Veja**, 17 matérias da revista **Época**, 6 matérias da revista **Isto É** e 4 da revista **Carta Capital**. Destacamos durante a análise o total de 675 Sequências Discursivas (SDs) que remetem diretamente aos motivos, força e frequência das tragédias. Neste período, houve catástrofes significativas tais como os deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro, o terremoto e tsunami no Japão e o tufão nas Filipinas. Algumas matérias que integram o corpus também repercutiram tragédias ocorridas em outros períodos, como é o caso do terremoto no Haiti.

Baseamo-nos em alguns fundamentos da Análise do Discurso, principalmente em Orlandi (1996), para quem a análise tem como momentos primeiramente a apreensão das paráfrases, ou seja, o inserir dos dizeres no domínio da paráfrase, estabelecendo a relação do dizer com outros dizeres. As paráfrases são relações de sentido que se dão no interior de determinada Formação Discursiva, englobam o processo de efeitos de sentidos que se produz no interdiscurso, envolvem um retorno ao já-dito.

Agrupamos os enunciados primeiramente em Famílias Parafrásticas. Mapeamos regularidades, tais como ordens, correlações, funcionamentos, premissas, expressões que constroem o caminho em direção ao um sentido nuclear. Elegemos, a seguir, os enunciados-sínteses, ou seja, nomeamos cada uma das Famílias Parafrásticas.

Posteriormente, agrupamos as Famílias Parafrásticas de forma a relacioná-las em Formações Discursivas (FD). Embora a noção de Formação Discursiva seja instável, a utilizamos para caracterizar um mesmo sistema de regras que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

O primado do interdiscurso faz com que percebamos as Formações Discursivas de forma relacional. Como diz Orlandi, são “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”

(2002: 43). As Formações Discursivas, portanto, não são homogêneas e suas fronteiras são fluidas. Para Pêcheux, a Formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois ela é constitutivamente invadida por elementos provenientes de outros lugares. Diz o autor que, "o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma (...) o fato de que isso 'fala' sempre, antes, fora, ou independentemente (...)", ou seja, são constitutivamente heterogêneas (1988: 147).

"A AD contribui para pensar o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos, de dizeres oriundos de campos diversos. O discurso abriga sempre uma série de outros discursos, é atravessado e constituído por eles, mesmo que estes se submetam a regras que não eram próprias de sua origem." (SCHWAAB e ZAMIN, 2014:53)

Finalmente, para além de sistematizar regularidades e identificar paráfrases no interior das matérias jornalísticas, num segundo momento buscamos refletir sobre como estas Formações Discursivas se alimentam de determinadas Formações Ideológicas. Assim, refletimos sobre estas Formações Discursivas em relação a concepções sobre o ambiente, ao desastre, ao risco e ao discurso do Estado sobre comportamento dos envolvidos.

4. Análise

As Sequências Discursivas que remetiam às causas, força e frequência dos desastres foram destacadas das revistas e reunidas em oito Famílias Parafrásticas nomeadas por enunciados-síntese que evidenciam seus sentidos.

Actas – VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – VI CILCS – Universidad de La Laguna, diciembre 2014

Quadro I – Resumo dos Enunciados- síntese e de suas Sequências Discursivas (SDs)

Enunciados-síntese das Famílias Parafrásticas	Percentual de SDs		Percentual de SDs/ total de ocorrências de cada FP
<i>A fúria da natureza é incontrolável</i>	Veja	50%	31,11% Total: 210 ocorrências
	Época	31,86%	
	IstoÉ	32,62%	
	Carta	14,95%	
<i>Omissão do Poder Público</i>	Veja	10,93%	29,77% Total: 201 ocorrências
	Época	26,18%	
	IstoÉ	30,48%	
	Carta	50,46%	
<i>O desastre do planejamento</i>	Veja	12,5%	18,22% Total: 123 ocorrências
	Época	23,65%	
	IstoÉ	14,97%	
	Carta	11,21%	
<i>Os mortos de janeiro</i>	Veja	7,81%	6,51% Total: 44 ocorrências
	Época	4,41%	
	IstoÉ	8,55%	
	Carta	8,41%	
<i>Todo desastre tem várias de causas</i>	Veja	-	5,03% Total: 34 ocorrências
	Época	7,57%	
	IstoÉ	4,81%	
	Carta	0,93%	
<i>Fomos nós quem fizemos a chuva</i>	Veja	-	4,74% Total: 32 ocorrências
	Época	3,47%	
	IstoÉ	5,34%	
	Carta	10,28%	
<i>Todos os anos a natureza mostra sua força</i>	Veja	4,68%	3,25% Total: 22 ocorrências
	Época	2,83%	
	IstoÉ	3,20%	
	Carta	3,73%	
<i>Banho de lama na Civilização</i>	Veja	14,06%	1,33% Total: 9 ocorrências
	Época	-	
	IstoÉ	-	
	Carta	-	

Posteriormente, foram reunidas em Formações Discursivas. A primeira delas prioriza a Omissão do Poder Público, a segunda reitera a violência da natureza e a frequência dos acontecimentos e a terceira região de sentidos

atribui os desastres à falta de preservação ambiental pelo homem em geral. Caracterizamos as FDs respectivamente como predominante, complementar e residual por entender que elas não necessariamente concorrem entre si, mas se completam e se interpenetram.

Abaixo, explicamos cada uma das Famílias Parafrásticas, já localizadas nas Formações Discursivas que lhes dão abrigo.

4.1.FD predominante: **Afogados no descaso**

Esta Formação Discursiva é a predominante e é composta de cinco Famílias Parafrásticas que aparecem em 60,86% das Sequências analisadas. Reúne sentidos que culpam diretamente o “Poder Público” pela falta de ação e de prevenção e mostram o quanto isso é rotineiro.

Quadro II – Famílias Parafrásticas que compõem a FD Afogados no descaso

FORMAÇÃO DISCURSIVA	Enunciado – síntese/	%	Exemplo de Sequência Discursiva	Total
Afogados no descaso	<i>Omissão do Poder Público</i>	29,77%	“O que impede as autoridades de retirar os moradores de locais perigosos?” (Época, 25/03/2013, p.40)	60,86%
	<i>O desastre do planejamento</i>	18,22%	“Quando falhamos em nos preparar, nos preparamos para falhar” (Época, 18/11/2013, p. 78)	
	<i>Todo desastre tem várias causas</i>	5,03%	“Há quem diga que a confluência de condições que criou esse monstro nada mais é que uma infeliz coincidência” (IstoÉ, 14/11/2013, p.18)	
	<i>Os mortos de janeiro</i>	6,51%	“A história se repete”. (Carta Capital, 26/01/2011, p.18)	
	<i>Banho de lama na Civilização</i>	1,33%	“A civilização vulnerável e frágil perante a violência da natureza.” (Veja, 16/03/2011, p.83)	

O enunciado síntese *Omissão do Poder Público* reúne Sequências Discursivas que evidenciam diretamente que a causa das catástrofes é a incompetência do Poder Público. Mencionam o Poder Público ou a agentes governamentais em geral, tais como governos e prefeituras, bem como menções a irregularidades, negligências, desvio de verbas, excesso de burocracias, promessas políticas, falhas gerenciais, atrasos de obras e falta recursos. Algumas SDs questionam a culpa dos fenômenos naturais pelo desastre, embora a questão da prevenção não seja citada diretamente.

As SDs reunidas sob o nome *O desastre do planejamento* explicam que a causa da tragédia é a falta de prevenção. Abordam diretamente a questão da prevenção, da necessidade de alertas e de equipamentos. O enunciado *Todo desastre tem várias causas* reúne SDs com um tom mais complexo em que as causas das catástrofes são difusas e multifatoriais. Aqui estão as SDs que afirmam as múltiplas causas das catástrofes ou duvidam que se possa atribuí-las somente ao aquecimento global ou ainda relativizam culpas ou falam de maneira muito genérica das causas como “ocupação de planícies”. Mencionam, por exemplo, responsabilidades compartilhadas, evidenciam a complexidade dos problemas. A Família Parafrástica cujo enunciado é *Os mortos de janeiro* mostra que a tragédia é rotina, evidencia a sua repetição e recorrência com ênfase na falta de prevenção. As SDs sob o nome *Banho de lama na Civilização* destaca que a causa das tragédias está ligada à fragilidade da civilização. Abriga SDs em que a catástrofe é remetida para um âmbito mais amplo que a relaciona com a as conquistas e fragilidades da civilização. O descaso, de maneira geral, refere-se à ineficiência gerencial do Estado e à falta de dispositivos imediatos de prevenção. Há uma cobrança grande das revistas quanto ao preparo dos governos, denúncias de irregularidades e de gastos inadequados do dinheiro público, bem como preocupação com a ocupação inadequada do solo.

4.2 FD complementar: **A fúria da natureza**

Trata-se da Formação que reúne 34,36% das ocorrências e é integrada por dois enunciados-síntese.

Quadro III – Famílias parafrásticas que compõem a Formação Discurso A fúria da natureza

Formação Discursiva	Família Parafrástica/Enunciado – síntese	%	Exemplo de Sequência Discursiva	Total
A fúria da natureza	<i>A força da natureza é incontrolável</i>	31,11%	“As chuvas fortes (e devastadoras) de verão não vão deixar de acontecer.” (Época, 17/01/2011, p. 41)	34,36%
	<i>Todos os anos a natureza mostra sua força</i>	3,25%	“A cada ano, São Paulo é inundada pelas chuvas de verão.” (IstoÉ, 19/01.2011, p.52)	

O enunciado-síntese *A força da natureza é incontrolável* mostra que a causa das catástrofes é a violência da natureza. Abriga sequências em que os sujeitos da ação são os fenômenos naturais. Diz respeito ao poder destrutivo da natureza, segundo Lozano Ascêncio (2005) um dos primeiros esquemas narrativos do acontecer catastrófico. Tem importância devido às evidências de aumento de eventos extremos envolvendo o ambiente. Além disso, é de grande valor-notícia para o jornalismo. Sua importância é esperada, afinal, aparentemente, é o comportamento “inesperado” da natureza que dispara o acontecimento catastrófico. Inspirados em Bird e Dardenne (1999: 263), podemos afirmar que há o triunfo de uma fórmula de construção narrativa que inicia com esta FP.

Já o enunciado-síntese *Todos os anos a natureza mostra sua força* evidencia que o evento natural é rotina e reúne SDs que mostram como esses fenômenos se repetem e realçam que os eventos fazem parte do ciclo natural. Tem alguns pontos de contato o discurso gerencial descrito acima. Ambas trazem a ideia de que um agente externo causou a catástrofe e, por vezes, transmite uma visão de fatalidade.

4.3 FD residual: **Fomos nós que fizemos a chuva**

A Formação Discursiva **Fomos nós que fizemos a chuva** constrói o sentido de que a culpa é do homem e do aquecimento global reúne SDs nas quais o homem “em geral” é direta ou indiretamente mencionado como culpado pela tragédia. Aparece em apenas 4,74% das Sequências, o que demonstra que a questão ambiental é tratada fragilmente pela cobertura jornalística. A Família Parafrástica aborda o desrespeito do homem tanto no trato direto com a natureza, em situações mais concretas como as que envolvem as ocupações irregulares, como em situações de maior magnitude como é o caso do aquecimento global.

Quadro IV – Família Parafrástica que compõe a Formação Discursiva **Fomos nós que fizemos a chuva**

Formação Discursiva	Família Parafrástica/Enunciado – síntese	%	Exemplo de Sequência Discursiva	Total
Fomos nós que fizemos a chuva	<i>Fomos nós que fizemos a chuva</i>	4,74%	“Não há como responsabilizar a natureza.” (Carta Capital, 10/01/2011, p. 12)	4,74%

5. Como os desastres são construídos?

Na segunda parte da análise, relacionamos as Formações Discursivas a algumas concepções sobre o ambiente, os desastres, os envolvidos nas tragédias e concepções sobre o risco. Assim, apresentamos alguns aportes teóricos de autores que construíram tipologias sobre o tema. Buscamos neles as Formações Ideológicas que amparam as Formações Discursivas circunscritas por nós.

As três Formações Discursivas identificadas pela nossa análise **Afogados no descaso** (60,86% das ocorrências), **Fúria da natureza** (34,36% das ocorrências) e **Fomos nós quem fizemos a chuva** (4,74% das ocorrências) tem uma base ideológica comum em seus discursos sobre o

ambiente, mas variam em relação aos discursos sobre os desastres e os riscos.

5.1 Discurso Ambiental

Sobre as diferentes perspectivas do discurso ambiental, baseamo-nos em Dryzek (2005) que sistematiza três grupos de discursos sobre meio ambiente: discursos reformistas, discursos de sustentabilidade e discursos radicais.

Para o autor, os **Discursos reformistas** dividem-se em três tipos. Os de *racionalidade administrativa* são os que tornam o Estado e os peritos técnicos os principais agentes de resolução de problemas. A natureza fica subordinada à resolução de problemas humanos, as pessoas subordinadas ao Estado, especialistas e gestores no controle estatal. Os discursos de *pragmatismo democrático* acreditam na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política, crêem na igualdade entre os cidadãos. Envolvem muitos agentes e múltiplos interesses públicos. As políticas públicas são resultados de forças políticas. E os de *racionalidade econômica* priorizam as forças de mercado e do governo (e não dos cidadãos) na resposta a problemas ambientais.

Já os **Sustentabilidade** somam a proteção ambiental, o crescimento da economia e a justiça social e se preocupam com as gerações vindouras. Dividem-se em discursos de *desenvolvimento sustentável* que priorizam o crescimento econômico com proteção ambiental e são motivados pelo bem público e em discursos de *modernização ecológica* que acreditam que a política ‘verde’ e a tecnologia ‘verde’ podem gerar riqueza.

Os discursos de **Mudanças radicais** rejeitam a estrutura da sociedade industrial e baseiam-se no *romantismo verde*, que afirma que a consciência dos homens deve mudar e que deve haver um equilíbrio entre os homens e a natureza e na noção de *racionalidade verde* em que os problemas ambientais só serão resolvidos através de transformação estrutural. Veem a natureza como um sistema complexo, preveem igualdade entre as pessoas, envolvem muitos atores individuais e coletivos.

Quanto ao discurso sobre o ambiente, as três Formações Discursivas tem uma Formação ideológica comum, pois baseiam-se, conforme as classificações de Dryzek, no **Reformismo** e mais precisamente em uma concepção de baseada numa *Racionalidade Administrativa*. Outras posições que envolvam a **Sustentabilidade** e **Mudanças Radicais** são silenciadas.

Baseados em Dryzek, destacamos o silenciamento de Sequências Discursivas **Reformistas** que acreditam na mobilização dos cidadãos e de grupos sociais e na sua influência sobre os processos de decisão política nos discursos que envolvem o ambiente. Aliás, apenas eventualmente aparecem pistas de que as políticas públicas são resultados de forças políticas. Aspectos ligados à junção das formas de mercado e de governo para responder a problemas ambientais também são raras. O discurso de **Sustentabilidade** que reúne proteção ambiental, o crescimento da economia e a justiça social e se preocupa com as gerações vindouras também não está presente. São inexistentes concepções de que é possível o crescimento econômico com proteção ambiental e justiça social. Também são silenciados discursos que acreditam que a política ‘verde’ e a tecnologia ‘verde’ podem gerar riqueza. Pelas próprias condições de produção dos discursos dessas revistas, também estão ausentes os discursos de **Mudanças radicais** que rejeitam a estrutura da sociedade industrial. Por vezes, surgem alguns traços de *Romantismo verde*, discursos que consideram que a relação entre os homens e a natureza tem sido violada e que a mudança “vem de dentro”.

5.2 Discurso quanto ao Desastre

Do ponto de vista das concepções sobre os desastres, buscamos Gilbert (1995) , para quem os desastres podem ser vistos do ponto de vista das **Causas Externas**, da **Vulnerabilidade** ou do **Estado de Incertezas**.

As concepções que concebem os desastres como **Agentes externos** priorizam os agentes destrutivos e excluem os comportamentos humanos. Outras preferem conceber o desastre como expressão social da **Vulnerabilidade**. Os riscos são produzidos socialmente e procedem da incisiva intervenção humana sobre o meio. A natureza dos desastres está na

organização social, como um processo ligado à vulnerabilidade. Suas causas são problemas estruturais. A vulnerabilidade tem dimensões políticas e diz respeito a grupos excluídos das arenas decisórias. O desastre é um efeito é resultado de falha de medidas de proteção. Outra concepção do desastre o concebe como um **Estado de Incertezas** geradas pelas próprias instituições. As incertezas podem ser compreendidas como produzidas pelas sociedades complexas, a partir de articulações fracas entre as especialidades científicas e de vácuos de representação e dificuldades com práticas de redução de riscos.

5.2 Discurso quanto aos envolvidos

Para Valêncio (2010), frações de Estado envolvidas tanto no planejamento da emergência quanto nos cenários de destruição, produzem os enunciados da **Imprevidência**, da **Fatalidade** e da **Superação** ao desastre.

O enunciado da **Imprevidência** do afetado enfatiza aqueles que são cientes do risco, mas não se preparam para enfrentá-lo. Para a autora, o ato de impingir culpa aos afetados pelos danos e prejuízos havidos derivam de uma Formação Discursiva com três propósitos mais evidentes: mascarar a omissão e/ou ineficácia do Estado e legitimando sua aparição apenas diante o fato consumado; negar os direitos da pessoa, julgá-la sumariamente junto à opinião pública e desviar a atenção pública do contexto macro de injustiça ambiental e irresolução dos conflitos relacionados à terra, no meio urbano e rural.

O enunciado da **Fatalidade** é “uma estratégia de tergiversação em torno de responsabilidades” (2010), torna invisíveis as omissões do Estado e a desigualdade social. Diz a autora que nenhum órgão específico se responsabiliza pelas responsabilidades. Valencio traz Bauman (1999, apud Valêncio, 2010) para lembrar que a fragmentação dos poderes é a fonte primária da força da modernidade tanto para que os problemas pareçam manejáveis ou jamais se ajustem na agenda ou, ainda, para sua discussão ser adiada indefinidamente. Lembra que os sentidos correntes de fatalidade remetem a um acontecimento imprevisível, como um destino incontrolável, uma desgraça.

O enunciado da **Superação** diz respeito à privatização da segurança. Diz Valêncio que a mídia explora os casos em que a perda dos bens e de entes queridos incita ao refazimento célere da moradia, do local de trabalho, do bairro, com o seu próprio suor.

Quanto ao discurso do Estado no que diz respeito aos envolvidos, encontramos ocorrências de **Fatalidade** (FD **A fúria da natureza**), mas predominam os sentidos da **Imprevidência** (que abrigam duas FDs: **Fomos nós que fizemos a chuva** e **Afogados no descaso**). O Discurso de **Superação** também é bastante frequente nas revistas analisadas, mas não integra as Sequências Analisadas, que referiram-se unicamente às causas, força e frequência dos desastres.

5.3 Discurso quanto ao risco

Um grande debate envolve o tema, a partir de autores como Ulrich Beck (2010) e Nicklas Luhmann (2011). De maneira mais operacional, para fins de nosso trabalho, ressaltamos dois paradigmas para interpretar o risco: o **comportamental** e o **estrutural** (SMITH, 1992). O **comportamental** refere-se a um ponto de vista ecológico. Trata-se de um paradigma hegemônico, que enfatiza a explicação científica, a previsão e a necessidade de conter a natureza. Por isso, dedica-se aos planos de risco. Para o autor (1992: 42), “has also been criticized because it over-exaggerates the rol of the individual in hazards, either as a decision-maker or as victim.”

O paradigma que interpreta o risco de modo **estrutural** enfatiza o papel das forças institucionais. Muito usado por cientistas sociais, faz uma ligação do risco e do desastre com o subdesenvolvimento, incluindo a necessidade de distribuição de riquezas. Cada risco não tem como única causa a natureza. Relaciona os riscos com a pobreza da população. Baseia-se na ideia que os desastres costumam ocorrerem em áreas com rápidas mudanças ambientais e sociais. Ressalta que as vítimas dos desastres não devem ser culpadas por seus infortúnios e acredita que o subdesenvolvimento não é um estado temporário, mas fruto de um processo deliberado.

Duas Formações Discursivas se amparam numa visão comportamental quanto ao Risco, as FDs **Fomos nós que fizemos a chuva** e a **Afogados no descaso**. A cobertura das catástrofes que envolvem o ambiente fica circunscrita a uma concepção de risco de um ponto de vista gerencial. E nenhuma sublinha os problemas estruturais. Como afirma Valencio, os

“dramas sociais – que imbricam aspectos socioeconômicos, sociopolíticos, socioculturais e psicossociais de desintegração e deterioração – são escamoteados pela pujança do discurso tecnocientífico em torno dos desastres, especialmente daqueles ditos ‘naturais’, forçando os olhares e preocupações da opinião pública para o monitoramento dos fatores de ameaça que, pressupostamente, seriam externos ao processo social.” (2014: 1)

6. Considerações finais

Pelas Formações Discursivas predominantes, vemos que a inação do homem no plano gerencial é apontada como a principal causa das catástrofes, como mostramos na Formação **Afogados no Descaso**, embora a Formação intitulada **A fúria da natureza** ainda seja bastante apresentada como causadora dos desastres. A FD **Fomos nós que fizemos a chuva**, que dá conta da relação do homem com o ambiente, é minoritária.

Os sentidos produzidos pela FD dominante dão conta de uma responsabilidade humana circunscrita a algumas esferas e, sobretudo, de uma visão limitada da vulnerabilidade social. Há o encontro entre o desastre natural e o desastre social, embora de maneira frágil.

Esses dois tipos de catástrofes tinham sido mantidos à parte na história da modernidade, como mostra Bauman (2008). O autor recorre à Susan Neiman, que estuda a sucessão de interpretações sobre o mal na história moderna, para lembrar que talvez a separação entre os conceitos de desastre natural e social, “antes indissolivelmente misturados na ideia da vontade de Deus – separação que teve lugar no curso dos acesos debates desencadeados pelo terremoto e incêndio de Lisboa em 1755, assinale o verdadeiro início do ‘moderno’” (2008: 108). Acreditou-se que a natureza seria absorvida ao

domínio da cultura humana e, por isso, submetida a uma administração exclusivamente humana, o que não ocorreu. E, assim, surgiu a expressão “catástrofe natural”, elevando o que ela tem de radical e escondendo o que ela carrega consigo de responsabilidade humana. A cobertura midiática dá conta da ideia de que a catástrofe não é apenas “natural”, mas desastre social ainda é apresentado de maneira frágil.

Podemos citar como exemplo o terremoto e maremoto que arruinaram Lisboa em 1755, que geraram um ambiente produtivo para os ideais iluministas. O Santo Ofício perdeu prestígio e poder após a beata Lisboa ser destruída em pleno Dia de todos os Santos (Shrady, 2011). Jean-Jacques Rousseau inocenta Deus e a natureza de toda culpa e responsabiliza os homens por terem construído casas amontoadas às margens do rio Tejo. Como já pontuou a própria revista **Veja**, um de nossos objetos de estudo, na matéria intitulada “Quando Deus tremeu”, em 16 de março de 2011, dois terremotos aconteceram em Lisboa em 1755 dois: um geológico e outro filosófico.

“Em 1755, o terremoto de Lisboa propiciou aos iluministas a oportunidade de demonstrar a irracionalidade religiosa. Passados dois séculos e meio, já não se acredita tanto que vivemos no melhor dos mundos. Mas é grande a crença de que um dia sobrepujaremos a natureza por meio da ciência e tecnologia. Trocamos apenas de religião.” (Revista Veja, 2011)

A catástrofe como figura moderna é ocasionada também pela ação do homem. Terremotos, tsunamis e deslizamentos vistos na atualidade impossibilitam a divisão entre o que é humano ou simplesmente natural:

“si en el pasado muchos de los daños inexplicables se atribuían a los dioses, a la naturaleza o simplemente al destino, em la actualidad prácticamente todos los peligros que nos amenazan (..) se deben, em princípio, a decisiones humanas (...).” (Lozano Ascêncio, 2006: 291)

Entretanto, o discurso da responsabilidade do homem perante as catástrofes pode assumir várias nuances e a cobertura jornalística é construtora deste acontecer catastrófico

Bauman (2008) colabora com a compreensão dos discursos tanto sobre os desastres como sobre os riscos. Afirma que o homem moderno tende a colocar tudo sob um discurso gerencial, o que parece evidente no caso do Tsunami da Tailândia, quando foi dado destaque à falta de providências (inclusive na não emissão do alarme para não prejudicar a indústria turística) para evitar a tragédia. Mas no caso de Nova Orleans, lembra o autor que havia um sistema de alarme e todos tiveram tempo para procurar abrigo. Este caso implodiu os aspectos gerenciais, por mais que eles tenham sido reiterados. As desigualdades sociais ficaram evidentes, pois nem todos tinham dinheiro para comprar passagens aéreas ou para pagar hotéis fora da cidade. O marcador de raça e classe ficou claro entre quem foi e quem não foi atingido (Bauman, 2008: 104). Assim, os desastres naturais, a uma primeira vista, parecem atingir todos equitativamente, mas há uma distribuição da imunidade. Para o autor, talvez o Katrina tenha ajudado a remover os supostos “dejetos humanos” naquela região. Um exemplo do descaso com parte da população foi o toque de recolher num ambiente caótico, em que as pessoas buscavam desesperadamente água e alimentação.

A burocracia libertou os executores da responsabilidade sobre seus resultados porque substituiu a “responsabilidade por” pela “responsabilidade perante”, “a responsabilidade pelo impacto de uma ação sobre seu objeto pela responsabilidade perante o superior, o ordenador.” (Bauman, 2008: 116). As origens da ordem e a autoridade se localizam em um distante e nebuloso: ‘lá em cima’ - e com duplo efeito: primeiro (relembrando a feliz expressão de Hanna Arendt), “uma responsabilidade ‘flutuante’, tornando quase impossível localizá-la e atribuí-la com precisão, transformando-a, para todos os fins práticos, numa responsabilidade ‘de ninguém [...]’” (2008: 116).

“Os dramas sociais – que imbricam aspectos socioeconômicos, sociopolíticos, socioculturais e psicossociais de desintegração e deterioração – são escamoteados pela pujança do discurso tecnocientífico em torno dos desastres, especialmente daqueles ditos ‘naturais’, forçando os olhares e preocupações da opinião pública para o monitoramento dos fatores de ameaça que, pressupostamente, seriam externos ao processo social.” (Valencio, 2013)

Nosso estudo mostra, como diz Orlandi, que os discursos sobre o futuro dos recursos são em geral reformistas, “esvaziam assim o social como estruturante e ficam em seus efeitos, falando ou do muito geral e abstrato – os cálculos economicistas – ou do que só tem micro alcance – desliza para o indivíduo.” (2012: 147). As revistas brasileiras privilegiam determinados sentidos sobre as tragédias e suas relações com questões sociais, econômicas e ambientais e assim traçam os contornos de como as catástrofes devem ser percebidas publicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES DE REVISTA. Circulação média de janeiro a dezembro de 2013. Disponível em <http://www.aner.org.br>. Acesso em 15 jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. (2008): *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.

BECK, Ulrich. (2010): *Sociedade de risco – rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.

BIRD, Elisabeth e DARDENNE, Roberto. (1999): “Mito, Registros e “estórias””. Em VV. AA., *Jornalismo: questões, e “estórias”* (Coord., TRAQUINA, Nelson). Lisboa: Vega, 2a ed. p. 263-288

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. (2004): *Dicionário de Análise do Discurso. INTERDISCURSO*. São Paulo: Contexto. p.286-288

_____. (2004): *Dicionário de Análise do Discurso. FORMAÇÕES DISCURSIVAS*. São Paulo: Contexto. p.240-242

DRYZEK, John. (2005): *The politics of the Earth- environmental discourses*, Oxford University Press: New York.

GILBERT, Claude. (1995): *Studying disaster: a review of the main conceptual tools. Internacional Journal off mass emergencies and disaster*. November, Vol 13, No 3, p. 231-240.

LÓPEZ, Marisa. (1999): *La contribución de la Antropología al estudio de los desastres: el caso del huracán Mitch en Honduras y Nicaragua*, Departamento de Antropología, University of Florida, USA.

LOZANO ASCÊNCIO, Carlos. (2001): El medio ambiente: un acontecer catastrófico. Comunicación presentada al **VII Congreso Español de Sociología (FES)**. Universidad de Salamanca. Septiembre.

Actas – VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – VI CILCS – Universidad de La Laguna, diciembre 2014

_____. (2004): *La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los médios de comunicación social (1986-1991)*. Tesis doctoral. Madrid. Universidad Complutense de Madrid.

_____. (2005): “Aportaciones para una historia del acontecer catastrófico.” Em VV. AA., *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico Universidade da Beira Interior* (Coord., FIDALGO, António e SERRA, Paulo), Covilhã, Volume III.

_____. (2009): “La actualidad informativa como fuente de incertidumbres.” Em VV. AA., *Comunicar los riesgos. Ciência y tecnología en la sociedade de la información* (Coord. MORENO, Carolina.) Madrid, Biblioteca Nueva, p.231-248.

_____. (2013): *El Cambio climático em los telediarios: alusiones a la catástrofe em tempos de calma Anuario electrónico de estudos em Comunicación Social*. Volumen 6, Numero 1/Enero-Junio.

LUHMANN, Nicklas. (2011): “El concepto de riesgo.” Em VV. AA., *Las consecuencias perversas de la modernidade* (Coord., BERIAIN, Josetxo). Barcelona: Antrophos Editorial.

MOLOCHT e LESTER. (1993): “Notícias como procedimento intencional: a cerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos.” Em VV. AA., *Jornalismo – questões, teorias e estórias* (Coord. TRAQUINA, Nelson). Lisboa: Vega. p. 34-51

NESTROVSKY, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs). (2000): *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta.

ORLANDI, Eni. (2002): *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, 4ª ed, Pontes.

_____. (1996): *Discurso e leitura*. 3.ed., Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. (2012): *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2ª ed Campinas, SP, Pontes.

PÊCHEUX, Michel. (1988): *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp.

PERROW , Charles. (2007): *The next catástrofe – reducing our vulnerabilities to natural, industrial and terrorist disasters*. Princenton: Princenton University Press.

REVISTA VEJA. **Quando Deus Tremeu**. Edição 2208 de 16 de março de 2011.

Actas – VI Congreso Internacional Latina de Comunicación Social – VI CILCS – Universidad de La Laguna, diciembre 2014

SERRA, Joaquim Paulo. (2006): *Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático*. Universidade da Beira Interior.

SHRADY, Nicholas. (2011): *O última dia do mundo – fúria, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755*. Rio de Janeiro: Objetiva.

SCHWAAB, Reges e ZAMIN, Angela. (2014): “O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso”, en *Revista Vozes e Diálogos*, 13. Itajaí, n. 01, páginas 046 a 062, jan./jun.

SMITH, Keith. (1992): *Environmental Hazards – assessing risk & reducing disaster*. London: Routledge.

VALENCIO, Norma. “Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro”, en *Saúde e Sociedade*, 19. USP. Impresso, páginas 748 a 762, 2010.

_____. “Processos de Vulnerabilização envolvendo comunidades pesqueiras no Brasil: dos desastres recentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas.” *Revista de Comunicação e Educação Ambiental*, 3. Páginas 106 a 120; recuperado El 12 de junho de 2014, de <http://gestaoecossistemas.files.wordpress.com/2012/11/i-1-processos-de-vulnerabilizac3a7c3a3o-envolvendo-comunidades-pesqueiras-no-brasil-dos-desastres-recentes-aos-riscos-relacionados-c3a0s-mudanc3a7as-climc3a1ticas.pdf>

*O *paper* integra a investigação intitulada Especificidades da cobertura das catástrofes ambientais nas revistas semanais brasileiras: das fontes jornalísticas à construção dos sentidos. A pesquisa tem a participação da aluna de Graduação, bolsista de Iniciação Científica Dafne Lopes e o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (Brasil).